

1 **Ata da Sessão do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal**  
2 **do Paraná realizada em 26 de julho de 2011.**

3 Aos vinte e seis dias do mês de julho do ano dois mil e onze, às nove horas e trinta  
4 minutos, na Sala do Conselho Universitário, reuniu-se o Plenário do Conselho de Ensino,  
5 Pesquisa e Extensão da Universidade Federal do Paraná, sob a presidência do Magnífico  
6 Reitor, Professor Doutor Zaki Akel Sobrinho. Presentes o Vice-Reitor, Professor Doutor  
7 Rogério Andrade Mulinari e os Conselheiros Titulares Altair Pivovar, Ana Lúcia  
8 Tararthuch, André Ribeiro Giamberardino, Bernardo Seixas Pilotto, Eduardo Jaques  
9 Spinosa, Elizabeth Garzuze da Silva Araújo, Eva Cristina Rodrigues Avelar Dalmolin,  
10 Flávio Massao Matsumoto, Gabriela caramuru Teles, Jayme Bordini Júnior, João  
11 Francisco Ricardo Kastner Negrão, Ângela Massumi Katuta, Luiz Carlos Baeta Vieira,  
12 Regina Maria Hartog Pombo Rodriguez, Romualdo Wandresen, Sônia Maria Breda,  
13 Marcelo José de Souza e Silva, Wagner Tauscheck e Wilk Barbosa. Presentes também os  
14 Conselheiros Suplentes Carlos Alberto Ubirajara Gontarski, Ewaldo Luiz de Matos Mehl,  
15 José Olivir de Freitas Junior, Renato Nickel e Wilson Alcântara Soares. Presentes ainda a  
16 Pró-Reitora de Extensão e Cultura, Professora Elenice Mara Matos Novak, representando  
17 a Pró-Reitoria de Graduação, a Professora Maria Lúcia Aciolly Teixeira Pinto,  
18 representando a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, o Professor Edilson Sérgio  
19 Silveira, representando a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, a Coordenadora de  
20 Extensão Professora Nádia Gaiofatto Gonçalves, representando a Pró-Reitoria de  
21 Assuntos Estudantis a Professora Rita de Cássia Lopes e **representando a Pró-Reitoria**  
22 **de Gestão de Pessoas a Pró-Reitora Laryssa Martins Born.** Justificaram suas ausências os  
23 Conselheiros Benjamim Perez Maia, Jeroniza Nunes Marchaukoski, Laureci Schmitz  
24 Rauth, Luciane Marinoni e Luiz Panhoca. Havendo quorum o Presidente deu início à  
25 sessão informando que a ata da reunião anterior seria apresentada na próxima sessão. Na  
26 sequência o Presidente realizou breve histórico sobre o movimento de paralisação que  
27 está ocorrendo na UFPR e suas implicações em relação ao início das atividades letivas  
28 para o segundo semestre de 2011. Ato seguinte a palavra foi dada aos Presidentes do  
29 SINDITEST, Senhor Wilson Messias e da APUFPR, Professor Luiz Alan Kunzle, que  
30 apresentaram informes sobre o posicionamento das categorias, itens da pauta de  
31 reivindicação, bem como breve resumo a respeito do quadro nacional e local do  
32 movimento de paralisação. No mesmo sentido a palavra foi dada ao acadêmico Wagner  
33 Tauschek, que na qualidade de Coordenador do Diretório Central dos Estudantes  
34 registrou o apoio dos alunos ao movimento de paralisação dos Servidores Técnico-  
35 Administrativo. Na sequência o Presidente procedeu a leitura de carta da Reitoria com o  
36 seguinte teor: “A *GREVE É LEGÍTIMA E SÓ DIÁLOGO PODE RESOLVER O*  
37 *IMPASSE. A Reitoria da Universidade Federal do Paraná reconhece a legitimidade da*  
38 *greve como instrumento histórico de luta dos servidores públicos, em especial quando*  
39 *ocorrer uma situação de impasse e ruptura do diálogo. Esta atitude tornou a greve*  
40 *inevitável. Esta reitoria, ao entender a legitimidade da greve, acredita que o retorno às*  
41 *conversões é inevitável. Neste sentido, vem trabalhando na reaproximação do MPOG*  
42 *com a FASUBRA, interagindo com autoridades do executivo federal, em especial com os*  
43 *ministérios da Educação e da Casa Civil, com a Associação Nacional dos Dirigentes das*

44 *Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES, além de parlamentos da Bancada*  
45 *Federal do Paraná em Brasília. Por outro lado, a Reitoria recebeu a Pauta Local,*  
46 *através do ofício nº74/2011. Vários pontos já têm sido discutidos com os servidores ou*  
47 *dentro dos conselheiros suplentes, sempre com representação dos técnicos. Outros*  
48 *pleitos são novos, o que demanda organizar um cronograma de discussões, para esgotar*  
49 *todos os temas que os servidores consideram pertinentes. Não há, nem nunca houve*  
50 *nesta Gestão impasse intransponível. Através do diálogo, com respeito mútuo,*  
51 *reconhecendo as diferenças e buscando consenso podemos avançar em vários pontos e*  
52 *dar uma lição de democracia, como princípio, em um momento em que o diálogo foi*  
53 *interrompido. De antemão, esclarecemos nossa posição prévia sobre diversos pontos,*  
54 *reafirmando o compromisso profundo com o debate. Pela reabertura dos 135 leitos*  
55 *fechados no HC/UFPR. A reitoria e a Direção do HC concordam plenamente sobre a*  
56 *importância da reabertura de todos os leitos disponíveis ao SUS, pois vão proporcionar*  
57 *melhor acesso e tratamento adequado para a população. No entanto, isto depende do*  
58 *governo federal. Hoje, seriam necessários pelo menos 600 servidores para reabrir os*  
59 *leitos. Preparar um estudo de viabilidade e pressionar o governo para que atenda as*  
60 *necessidades para reabrir os leitos. Preparar um estudo de administração central*  
61 *propõe assumir em parceria com o Sinditest e, inclusive, envolvendo o Sindicato dos*  
62 *Médicos do Paraná e o Conselho Regional de Medicina. Esta causa é de todos nós. Pela*  
63 *reabertura completa do Pronto Atendimento Do Hospital de Clínicas da UFPR. O*  
64 *Hospital de Clínicas, neste ponto, sofre as consequências da sua própria competência*  
65 *Dentro do contrato assinado em 2007 em a Secretaria municipal de Saúde de Curitiba,*  
66 *coube ao HC os atendimentos de maior complexidade, ordenados a partir de Unidades*  
67 *Básicas de Saúde A hierarquização do atendimento e a equidade do acesso saio*  
68 *premissas do SUS. As consequências mais evidentes desta situação foram a diminuição*  
69 *dos atendimentos da população nas doenças de atenção primária e, por outro lado, o*  
70 *enfraquecimento do caráter de hospital escola do HC, tendo em vista que os acadêmicos*  
71 *de medicina não podem participar dos procedimentos de alta complexidade, exceto os*  
72 *residentes. Ampliar o acesso á população e retornar o caráter pedagógico do HC são*  
73 *uma tarefa que vimos discutindo e teremos que assumir juntos. Por isso, estamos*  
74 *articulando uma estratégia de ação alternativa que envolve os departamentos de ensino,*  
75 *a direção de setor, a PROGRAD e os acadêmicos dos cursos do Setor de Ciências da*  
76 *Saúde para ampliação do atendimento referenciado da população. Pelo retorno do*  
77 *caráter pedagógico do HC. Jornada de 30 horas semanais para todos os trabalhadores*  
78 *da UFPR. O pleito do servidor neste caso carece de aprofundamento e ampliação da*  
79 *discussão em conjunto com a questão do controle de frequência. A Reitoria, atendendo o*  
80 *dispositivo no Acórdão nº336/2009-TCU, instalou comissão de estudos e sistematização*  
81 *de ações e serem apresentadas ao COPLAD sobre o tema: Caberia a esta comissão,*  
82 *inicialmente presidida pelo professor Mauro Lacerda Filho e, posteriormente, pelo*  
83 *professor Luiz Cláudio Fernandes, centralizar o debate sobre o tema. No entanto, isto*  
84 *não existe fomentar o debate sobre a aplicação da jornada de 6 horas, respeitando os*  
85 *limites legais. A Universidade de Brasília serve como exemplo de como a discussão não*  
86 *é simples. A UnB propôs em maio de 2010 a implantação gradual, mas condicionou de*

87 *forma a atender a Lei vigente: adoção de pontos eletrônicos com biometria, exigência de*  
88 *atividades contínuas em período igual ou superior de 12 horas ininterruptas e trabalho*  
89 *no período noturno após às 21 horas. Na adoção da flexibilidade da jornada, a UnB*  
90 *veda a prestação de horas extras na unidade, aplicação a servidores em regime de*  
91 *plantão e aos que recebem CD ou FG seja, é um debate complexo e, por isso devemos*  
92 *intensificá-lo, para construir solução viáveis, mais justas para o conjunto dos servidores*  
93 *e possibilitadoras de aperfeiçoamento permanente, e da forma mais rápida e*  
94 *democrática possível, envolvendo todos os segmentos da administração central e dos*  
95 *setores da UFPR. O assunto, portanto, já está encaminhado. Pelo cumprimento imediato*  
96 *do Mandado de Injunção da Aposentadoria Especial. Há um trabalho de fôlego a ser*  
97 *realizado para atender este item. A PROGEPE recebeu cerca de 1700 solicitações.*  
98 *Instalou um grupo tarefa para separar os prédios por área de trabalho. Na sequência*  
99 *resgatou os laudos periciais disponíveis nos períodos solicitados pelos servidores, tarefa*  
100 *que exigiu intenso esforço de investigação em 21 anos de documentos considerando o*  
101 *que o sistema de concessão do passado era diferente da atual. Cerca de 183 processos*  
102 *estão adequadamente instrumentalizados, segundo as orientações da SRH/MPOG, para*  
103 *seguirem ao registro. Apenas Processos de aposentadoria especial como devido laudo*  
104 *serão homologados pelo TCU. No entanto devemos garantir o direito do trabalhador.*  
105 *Neste sentido, dada a complexidade do trabalho determinamos à PROGEPE e a*  
106 *organização de uma ampla força tarefa, para acelerar o cumprimento do mandado de*  
107 *injunção. A ação da administração já está determinada. Regulamentação pelo*  
108 *COUN/UFPR do Adicional de Insalubridade e Periculosidade. A atual administração da*  
109 *UFPR não concorda com os termos restritivos da instrução Normativa nº2 de 2010 do*  
110 *MPGO, que limita a autonomia das universidades. Os servidores que entram em licença*  
111 *ou movimentação têm a sua gratificação automaticamente suspensa pelo SIAPE. No*  
112 *retorno ao trabalho, o sistema do governo federal exige nova classificação de risco, já*  
113 *sob as novas regras da IN 02. Executando estes casos, a UFPR tem cumprido somente as*  
114 *determinações constantes das auditorias do TCU. Esta condição a que estamos*  
115 *limitados, no entanto, não exclui nossa ação política. A Reitoria realizou debates*  
116 *envolvendo representantes do SINDITEST e da APUFPR com convidados especiais na*  
117 *área. Na sequência, o Reitor pautou sessões temáticas do COUN para amplo debate*  
118 *institucional sobre tema. A deliberação do COUN será vital na estratégia de modificar o*  
119 *entendimento do MPOG. Porém, este debate extrapola o Conselho e deve ser levado*  
120 *para o Executivo e até mesmo, para o Congresso Nacional. Mas uma vez, devemos expor*  
121 *nossos pontos de vistas, convergentes ou divergentes, para construirmos, pelo diálogo,*  
122 *uma posição comum, uma causa única. A discussão já está encaminhada. Paridade nos*  
123 *Conselhos da UFPR. A composição dos Conselheiros Superiores das Universidades*  
124 *Federais é definida pela lei de Diretrizes e Bases da Educação, aprovada no Congresso*  
125 *Nacional, a quem compete alterar a lei. Nosso papel será pautar um amplo debate sobre*  
126 *o tema, envolvendo todos os segmentos da Universidade, mais uma vez, para explicitar o*  
127 *que a UFPR pensa sobre o tema para a sociedade, para o governo federal e para o*  
128 *Congresso. A discussão já está encaminhada. Eleições na PROGEPE e Direção Geral*  
129 *do Hospital de Clínicas. O arcabouço legal que rege a UFPR não prevê eleições para os*

130 *cargos de confiança da administração central, incluídos os pró-reitores, os diretores de*  
131 *hospitais de ensino e os coordenadores de área. A responsabilização sobre todas as*  
132 *ações da UFPR recai sobre o Reitor, eleito de forma soberana por toda a comunidade*  
133 *universitária. O tema está definido pela legislação federal e interna. Aprovação de uma*  
134 *Política de Recursos Humanos pelo Conselheiro Universitário. Do ponto de vista formal,*  
135 *as políticas de recursos humanos têm sua apreciação privativamente ao COPLAD,*  
136 *conforme o Estatuto da UFPR, Art. 16 e Regimento do COPLAD Art. 4º. Isto não exclui*  
137 *a possibilidade de fazer um amplo debate, utilizando, inclusive, a Semana do Servidor*  
138 *como espaço privilegiado para debater o assunto. Por outro lado estamos em fase de*  
139 *discussão de um novo Plano de Desenvolvimento Institucional –PDI – 2012-2017,*  
140 *conforme exigência da Lei do SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação*  
141 *Superior), cuja aprovação é feita pelo órgão máximo da instituição, no nosso caso as*  
142 *políticas de ensino, de pesquisa, de extensão e de recursos humanos. A discussão já está*  
143 *encaminhada. Contra a desvinculação dos Hospitais Universitários das Universidades. A*  
144 *gestão 2008-2012 sempre se manifestou pela manutenção dos HU`s sob a gestão integral*  
145 *das universidades. Neste sentido, tem realizado ações junto ao MEC, MSAúde e MPOG,*  
146 *bancada do Paraná e na ANDIFES para assegurar o entendimento da indissociabilidade*  
147 *do ensino e da assistência no processo de formação de nossos estudantes da área de*  
148 *saúde em todas unidades de atenção a saúde. No entanto, há um cenário muito claro que*  
149 *aponta para a construção de um outro arcabouço jurídico para a gestão dos HU`s. Em*  
150 *qualquer situação, a posição atual gestão será a mesma: os hospitais universitários*  
151 *devem ficar sob responsabilidade das universidades, seja diretamente, seja através de*  
152 *um empresa publica de administração dos serviços hospitalares. Neste ponto, não há*  
153 *divergência de mérito entre o pleito dos servidores e a posição da Administração Central*  
154 *da UFPR, mais apenas de estratégia. Assim, a administração central concordância no*  
155 *mérito com encaminhamento estratégico alternativo. Garantia de que os projetos e*  
156 *programas de extensão possam ser coordenados por técnico-administrativos assim como*  
157 *os projetos coordenados por docente. O Decreto 7416/2010, que regulamenta os art. 10*  
158 *e 12 da Lei nº 12.155, de 23 de dezembro de 2009, que tratam da concessão de bolsas*  
159 *para desenvolvimento de atividades de ensino e extensão universitária, não proíbe*  
160 *técnico de coordenar programa ou projeto de extensão. No entanto, condiciona o*  
161 *recebimento de bolsa extensão a projeto coordenado por docente. A Reitoria 2008-2012*  
162 *apóia este pleito dos Técnicos e reunião do CAEX/PROEC, realizada em 05 de abril de*  
163 *2011 e com a presença dos técnico-administrativos em educação Bernardo Pilotto e José*  
164 *Carlos Bellotto decidiu que “... técnico-administrativos poderão participar da*  
165 *Coordenação de Programas e Projetos de Extensão, desde que o outro membro dessa*  
166 *coordenação (Coordenador ou Vice-Coodenador) seja um docente em efetivo exercício,*  
167 *na compreensão de que as atribuições são compartilhadas entre Coordenadores e*  
168 *Vice.”. A decisão já vale para a distribuição de bolsas para os anos de 2011-2012.*  
169 *Assim, parece ser este um assunto já discutido e resolvido na instância competente. Vale*  
170 *ressaltar que a nova resolução de extensão, amplamente discutida no CAEX e que acolhe*  
171 *esse pleito, já se encontra com proposta finalizada para apreciação e deliberação pelo*  
172 *CEPE. Implantação de conselhos paritários e deliberativos para debater e definir as*

173 *políticas de comunicação da UFPR, incluindo as ações da Assessoria de Comunicação*  
174 *Social e a programação da TV da universidade. A gestão 2008-2012 iniciou um processo*  
175 *de institucionalização da Comunicação da UFPR com várias ações: articulação com o*  
176 *Departamento de Comunicação na escolha de Assessoria e da Diretoria da TV UFPR,*  
177 *valorização dos talentos internos da UFPR em toda a cadeia de produção de mídias,*  
178 *inserção da TV UFPR na rede TV universitárias federais, foco dos múltiplos informes*  
179 *(Revista UFPR, Informe dos Servidores, e-boletim) na divulgação das ações e atividades*  
180 *de membros da comunidade da UFPR, e não só na divulgação de atos da Administração,*  
181 *ampliação do acesso aos serviços da área, etc. Agora, o próximo passo será uma ampla*  
182 *reforma na área, o que inclui a criação de dois conselhos: um de Programação para, a*  
183 *UFPRFM e a UFPRTV, e um Editorial, ambos com representação da comunidade*  
184 *universitária. Desta forma, o pleito da comunidade está em sintonia com as ações da*  
185 *Gestão. O tema já está encaminhado e em fase de mudanças. Além dos quesitos*  
186 *colocados na pauta local, cabe reforçar todo o empenho da Reitoria 2008-2012 na*  
187 *condução de outros temas não menos importantes, como: a) A intensa luta pelos*  
188 *servidores na busca de melhores condições de trabalho e capacitação, com recursos*  
189 *crecentes no orçamento e um plano aprovado no COPLAD; b) A implantação do ‘per*  
190 *capita’, iniciativa desta Reitoria em articulação com o então ministro Paulo Bernardo;*  
191 *c) O compromisso da não demissão dos funcionários FUNPAR em dezembro de 2011,*  
192 *bem como o empenho continuo na manutenção destes colegas de trabalho como*  
193 *integrantes da UFPR; d) A moção de repúdio do COUN à criação da EBSEH pela*  
194 *edição da MP520/2010; e) A manifestação contrária à versão predatória do Código*  
195 *Florestal; f) A pioneira inclusão de representantes dos servires aposentados nos*  
196 *Conselhos Superiores da UFPR. A Reitoria 2008-2012 nunca se furtou e jamais se*  
197 *recusará a discutir e buscar solução para qualquer tema que seja importante para a sua*  
198 *comunidade e sempre conduzirá o debate em conformidade com suas tradições*  
199 *democráticas, levando aos conselhos superiores os temas que são de sua competência*  
200 *discutir e deliberar. Cordiais saudações, REITORIA da UNIVERSIDADE FEDERAL DO*  
201 *PARANÁ”.* Concluída a leitura do documento o Presidente agradeceu a presença dos  
202 convidados que se retiraram da sessão. Encerrados os informes deu-se início à **Ordem do**  
203 **Dia** com a análise do tema: **Calendário Escolar – 2º Semestre 2011**. Sobre o tema  
204 desenvolveu-se ampla discussão momento em que o representante do Fórum dos  
205 Coordenadores de Graduação no CEPE, Conselheiro Eduardo Jaques Spinosa, apresentou  
206 seguinte documento: “ *Manifestação do Fórum de Coordenadores: Dos 45% dos cursos*  
207 *que responderam à enquete: 16% selecionaram procedimento manual na última semana*  
208 *de férias; 39% selecionaram procedimento manual na primeira semana de aulas sem*  
209 *adiamento do período letivo; 3% selecionaram procedimento manual na primeira*  
210 *semana de aulas com adiamento do período letivo; 32% selecionaram apenas*  
211 *procedimento eletrônico 11% selecionaram outras respostas. Os coordenadores*  
212 *colocaram também as seguintes questões a serem consideradas na hipótese de*  
213 *processamento manual: Cursos com mais de 1000 alunos: cerca de 6000 matrículas em*  
214 *disciplinas. Cursos com várias grades curriculares ativas..Alunos novos sem registro*  
215 *acadêmico. Como verificar manualmente pré-requisitos, IRA, periodização,*

216 *equivalências, e garantir a correta aplicação dos critérios de preferência para*  
217 *preenchimento de vagas nas diversas disciplinas? Processamento manual estaria sujeito*  
218 *a erros que poderiam originar processos administrativos. Sobrecarga de atividades nos*  
219 *coordenadores. Sem reposição de quadros de STA (carta da APUFPR), coordenadores*  
220 *já vem assumindo uma série de atividades próprias de STA. Alguns coordenadores não*  
221 *se consideram aptos a reproduzir manualmente o que o SIE faria. Desvio de função*  
222 *(carta da APUFPR). ”Ainda em discussão o debate concentrou-se na decisão de*  
223 *adiamento ou não do início das atividades do 2º semestre letivo de 2011, tendo em vista*  
224 *não só a questão do processamento das matrículas como também a dificuldade para a*  
225 *manutenção de atividades essenciais como o funcionamento dos laboratórios, transporte e*  
226 *infra estrutura para aulas de campo, dentre outras. A Conselheira Angela Katuta,*  
227 *representando o Setor Litoral, chamou a atenção para as especificidades daquele Setor,*  
228 *principalmente no que se refere ao prejuízo dos alunos que alugam moradias no litoral,*  
229 *sendo que caso haja uma extensão do período letivo que adentre a época das férias de*  
230 *verão, os mesmo serão prejudicados com o acréscimo substantivo dos valores dos*  
231 *aluguéis, tradicionalmente incidente naquele período. Nas mesmas condições foram*  
232 *destacadas as especificidades vividas pelos alunos do Centro de Estudos do Mar. Ainda*  
233 *sobre as excepcionalidades houve a manifestação do Diretor do Setor de Ciências*  
234 *Jurídicas, Professor Ricardo Marcelo Fonseca, que detalhou as peculiaridades daquele*  
235 *Setor que abriga um único curso de regime anual, não existindo prejuízos em relação as*  
236 *matrículas para o segundo semestre de 2011. Nesse sentido o Diretor solicitou que na*  
237 *hipótese da aprovação da prorrogação do início do período letivo para o dia 08 de agosto,*  
238 *o Curso de Direito não fosse incluído, visto a possibilidade do mesmo ter o início de suas*  
239 *atividades de acordo com o calendário vigente, ou seja no dia primeiro de agosto do*  
240 *corrente. Ainda em discussão o Conselheiro Bernardo Pilotto chamou a atenção para*  
241 *outras questões vinculadas às atividades acadêmicas como o funcionamento dos*  
242 *Restaurantes Universitários, Bibliotecas, dentre outros. Nesse sentido destacou a*  
243 *importância da decisão deste Conselho em relação ao calendário escolar para o início das*  
244 *atividades do segundo semestre e a essencialidade das atividades desenvolvidas pelos*  
245 *servidores técnico-administrativos na UFPR. Em seguida o Diretor do NAA apresentou*  
246 *simulação realizada no calendário escolar contemplando a hipótese da prorrogação do*  
247 *início das atividades do segundo semestre de 2011 do dia primeiro para o dia 08 de*  
248 *agosto. Ainda em discussão, houve a proposta da retirada de uma comissão deste*  
249 *Conselho para diálogos com o comando de greve dos servidores técnico-administrativos*  
250 *visando um consenso para que fossem dadas as condições mínimas de funcionamento da*  
251 *UFPR para o início das atividades acadêmicas no dia 08 de agosto. Após mais algumas*  
252 *manifestações, passou-se a fase das deliberações. Inicialmente o Presidente colocou em*  
253 *votação a proposta de alteração do calendário escolar prorrogando o início das atividades*  
254 *referentes ao segundo semestre letivo de 2011 do dia primeiro para o dia 08 de agosto.*  
255 *Em votação a proposta foi aprovada por unanimidade. Na sequência o Presidente colocou*  
256 *em votação os pedidos de excepcionalidade apresentados pelo Setor Litoral e o Centro de*  
257 *Estudos do Mar pela manutenção do início das atividades no dia primeiro de agosto. Em*  
258 *votação, a excepcionalidade foi aprovada por unanimidade. Na sequência foi colocado*

259 em votação o pedido de excepcionalidade realizado pelo Diretor do Setor de Ciências  
260 Jurídicas às atividades do Curso de Direito, em razão das justificativas apresentadas pelo  
261 mesmo. Em votação, foram computados dez votos a favor da proposta e dez votos  
262 contrários. Em razão do empate e aplicando-se a disposição regimentalmente prevista,  
263 coube a Presidência o exercício do voto de qualidade. Assim procedido a solicitação de  
264 excepcionalidade apresentada pelo Curso de Direito foi aprovada por maioria de votos  
265 (11x10). Ato seguinte foi designada comissão do CEPE para interlocução com o  
266 comando de greve dos servidores técnico-administrativos objetivando o consenso para o  
267 oferecimento das condições mínimas de funcionamento da UFPR para o início das  
268 atividades do segundo semestre de 2011 no dia oito de agosto do corrente. Após breve  
269 debate a comissão ficou constituída pelos conselheiros: Eva Cristina Dalmolin, Altair  
270 Pivovar, João Francisco Negrão, Luiz Carlos Baeta Vieira, Gabriela Caramuru, Wagner  
271 Tauschek e Maria Amélia Sabbag Zainko. Encerrada a Ordem do Dia o Presidente  
272 convidou os Conselheiros para a solenidade de apresentação do Plano Nacional de  
273 Educação elaborado pelo Fórum Estadual de Educação do Paraná, a ser realizada no  
274 próximo dia vinte e nove de julho. Nada mais havendo a tratar o Presidente agradeceu a  
275 presença de todos e declarou encerrada a sessão, da qual eu, Dionei José da Silva,  
276 Secretário, lavrei a presente ata.

277